

RACISMO E EFEITOS DO COLONIALISMO RETRATADO NA CANÇÃO “EU NÃO SOU RACISTA”

Lívia Barbosa Pacheco Souza

Especialista em Educação em Gênero e Direitos Humanos- NEIM-UFBA; Especialista em Gênero e Sexualidade na Educação - NUCUS-UFBA; Especialista em Relações Étnico Raciais - UNIAFRO-UNILAB; Graduanda em Licenciatura Plena em Pedagogia - UNEB.

<https://orcid.org/0000-0002-3148-5536>

E-mail: adm.liviapacheco@gmail.com

Érica Paula de Vasconcelos dos Santos

Bacharela Interdisciplinar em Humanidades - UNILAB; Bacharela em Relações Internacionais - UNILAB; Mestranda em Relações Internacionais – UNILA.

<https://orcid.org/0000-0003-1261-2912>

E-mail: vasconcelos.ericapaula@gmail.com

Ussumane Embaló

Bacharel Interdisciplinar em Humanidades - UNILAB; Bacharelado em Relações Internacionais – UNILAB.

<https://orcid.org/0000-0002-3783-4477>

E-mail: ussumaneembalo0695@gmail.com

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2023.V2N4>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2023.V2N4-32>

RESUMO: Este estudo, fruto de uma pesquisa ainda em desenvolvimento, tem como objetivo analisar discursivamente a letra da canção “*Eu não sou racista*” do rapper Nego Max, obra está inspirada na música “*I’m not racista*” do rapper americano Joyner Lucas. Desse modo, buscamos compreender os efeitos de sentido que são estabelecidos pela letra dessa canção e, principalmente como a materialidade linguística, ao se relacionar com as práticas histórico-cultural e ideológica dos sujeitos incrustadas pelo colonialismo e diáspora africana, cujo faz funcionar regularidades discursivas que denunciam o racismo estruturado e reivindica o protagonismo negro considerando suas subjetividades. Incorporado a letra dessa canção encontramos a dicotomia histórica: o branco discursando para justificar que não é racista e utiliza palavras jocosas estereotipando o negro, e o negro contando a história que envolve escravidão e escravizado. A canção juntamente com a colaboração dos autores que versam sobre a temática nos permite entender os efeitos nefastos do colonialismo.

PALAVRAS-CHAVE: Rap. Racismo. “Eu não sou racista”.

RACISM AND THE EFFECTS OF COLONIALISM PORTRAYED IN THE SONG “I AM NOT RACIST”

ABSTRACT: This study, the result of a research still in development, aims to discursively analyze the lyrics of the song “*Eu não sou racista*” by the rapper Nego Max, a work inspired by the song “*I’m not racista*” by the American rapper Joyner Lucas. In this way, we seek to understand the effects of meaning that are established by the lyrics of this song and, mainly, as the linguistic materiality, when relating to the historical-cultural and ideological practices of the subjects embedded by colonialism and the African

diaspora, which makes discursive regularities work that denounce structured racism and claims black protagonism considering their subjectivities. Incorporated into the lyrics of this song we find the historical dichotomy: the white man giving a speech to justify that he is not a racist and uses jocular words stereotyping the black, and the black man telling the story that involves slavery and enslaved people. The song, together with the collaboration of the authors who deal with the theme, allows us to understand the harmful effects of colonialism.

KEYWORDS: Rap. Racism. “I’m not racist.”

INTRODUÇÃO

A música “Eu não sou racista” tem despertado debates importantes sobre a questão racial na sociedade. Embora a música tenha uma perspectiva individualista, é importante analisá-la sob uma ótica antirracista, respaldada por estudos científicos e sociais.

Inicialmente, cabe destacar que o racismo não é limitado a atitudes pessoais ou individuais. Ele é estrutural, ou seja, está presente nas diversas esferas da sociedade, como no sistema judiciário, na educação, na saúde e no mercado de trabalho, por exemplo. Dessa forma, uma pessoa que se considere “não racista” pode ainda perpetuar o racismo estrutural, mesmo sem perceber.

O racismo estrutural se refere às práticas, normas e políticas que perpetuam a desigualdade racial. Essas práticas podem ocorrer mesmo sem intenções discriminatórias individuais, uma vez que estão arraigadas na cultura e nas estruturas sociais.

Ademais, devemos considerar que a perspectiva individualista abordada na música pode minimizar a importância da luta antirracista e da busca pela equidade racial. É necessário enfatizar que para alguns indivíduos, a discriminação racial pode comprometer o acesso a oportunidades e serviços básicos, levando a privações e desvantagens materiais.

A perspectiva individualista pode ser vista como uma forma de “deslegitimação”. Ela sugere que as desvantagens experimentadas por certos grupos são decorrentes de responsabilidades individuais, ao invés de serem produto de práticas discriminatórias persistentes.

Necessário se faz também levar em consideração as diferentes concepções sobre o que é o racismo. Algumas pessoas entendem o racismo apenas como atos de violência física ou verbal, enquanto outras entendem que o racismo se manifesta em práticas sistêmicas de exclusão e desigualdades. É importante compreender que o racismo é muito mais que meras práticas individuais.

UMA ANÁLISE DO RAP

O hip-hop, e a representação afro-cultural em geral, contempla realidades sociais dentro de sua matriz, as condições políticas, econômicas e culturais em que vivem esses grupos. A música hip-hop surgiu na década de 1970 no Bronx, um subúrbio da cidade de Nova York, composta principalmente por afro-americanos, bem como imigrantes jamaicanos e hispânicos (DUTRA, 2007). A paisagem social que impulsionou essa expressão cultural foi marcada por múltiplas tensões sociais, como a Guerra do Vietnã, a crise econômica dos anos 1970 e a segregação dos bairros, que obrigou as populações negras e hispânicas a viverem em ruínas (KEYES, 1996).

Os grupos não brancos, que vivenciavam cotidianamente aquela atmosfera de preconceito, discriminação e segregação socioespacial, encontravam no Hip Hop uma forma de lazer e, principalmente, de manifestação da sua realidade racializada:

Nesse contexto, o sentimento de pertencer a uma identidade étnica, encontra-se associado no hip-hop, politicamente, a uma abordagem crítico-emancipatória de diálogo com o espaço público, de se compreender parte de uma história e de se territorializar no espaço de forma representativa. A questão da negritude ressurge como tema central no hip-hop para se pensar, criticar e enfrentar a exclusão social, o que tem levado, por consequência, à racialização da discussão (MARTINS, 2013, p. 261).

A dança hip-hop se espalhou para quase todos os centros urbanos da América. Em 1980, o rap alcançou sucesso nacional por meio da comercialização da indústria da música e a consequente popularização do gênero, perdendo parte de sua identidade original e começando a dar lugar a mensagens de consumismo, violência e sexo. A globalização do rap e sua assimilação em outras culturas remontam a esse período: assim como as realidades sociais, políticas e econômicas do Bronx influenciaram a primeira

fase do rap, também as realidades locais de seu desenvolvimento fora dos Estados Unidos foram influenciadas por esta cultura. A expressão combinada (DUTRA, 2007).

Os primeiros grupos de rap surgiram em São Paulo no final dos anos 1980, mas o gênero só ganhou destaque nacional na década de 1990, quando os álbuns dos grupos Racionais MC's o Sobrevivendo ao Inferno (1997) e Preste atenção (1995), Thaide. O grupo de rap étnico da primeira fase assumiu um tom decididamente contestador e socialmente polêmico em seus discursos, refletindo sobre a desigualdade e o preconceito racial, a brutalidade policial, a exclusão social e o cotidiano dos marginalizados (TEPERMAN, 2015).

O rap brasileiro também incorpora mensagens relacionadas ao consumismo, a ostentação e a objetificação feminina entraram em seu discurso alcançar o sucesso nacional. Neste trabalho, estamos interessados principalmente no rap relacionado à expressão de elementos fundamentais que possibilitaram o surgimento desse gênero musical, como a condenação da injustiça social e a ênfase no debate racial. Assim, ao “nos referirmos ao rap, damos prioridade a esse subgênero, também conhecido como rap social, rap de consciência ou rap de mensagem” (GUIMARÃES CANCELLO, 2019).

O RAP BRASILEIRO

No Brasil, o rap tem um caráter específico que reflete as especificidades da situação política e racial do país. Dessa forma, a vertente do rap brasileiro pode ser entendida como uma continuação do movimento popular de afro-music, que se enraizou no país de norte a sul, e que valorizou “a busca pelo respeito próprio dos negros e o enfrentamento da Preconceito racial” (IKEDA, 2001). Esse processo “inclui uma valorização da ancestralidade negra, o conhecimento histórico da luta negra e sua herança cultural, e a luta contra o preconceito racial” (ZENI, 2004). Em suma, pode-se dizer que o discurso do Hip Hop articula as dimensões histórica, cultural, política e aspectos sociais.

Nesse contexto, o hip-hop, concebido através de ações artísticas, culturais e políticas, constituiu-se como exemplo de cultura contemporânea de resistência negra, possibilitando a expressão da voz do marginalizado, do excluído, além de uma reflexão acerca daquilo que reprime as classes menos favorecidas. Observa-se especificamente

a construção do estilo rap como relato da exclusão, da violência, e também da riqueza cultural e da resistência (FERNANDES, 2019).

Inúmeras expressões culturais de grupos submetidos à opressão racializada adquirem características de resistência e polêmica em relação aos fatores políticos, econômicos e ideológicos que sustentam as sociedades de origem escravista. Hall chama esse fenômeno de estratégia cultural, entendida como um espaço possível para a proliferação de debates e ideias argumentativas (HALL, 2003). Essa é uma característica ainda muito viva no rap brasileiro contemporâneo: observou-se que MCs e grupos de rap garantem seu sucesso e suas produções reforçando os valores da cultura negra, buscando a identidade racial, protestando contra o racismo e salvando o sangue e a história negra, relacionar vozes a elementos do debate negro. Aprendemos, assim, que o rap se posiciona como uma das vertentes artísticas e culturais do protesto negro.

Como elemento da cultura popular negra, o rap também tem sido descrito como uma “arena estratégica” porque está “sempre fundamentado nas experiências, alegrias, memórias e tradições do povo” e está ligado a “esperanças, bem como aspirações locais, tragédias locais, são práticas e experiências cotidianas de pessoas comuns” (HALL, 2003).

O rap é, assim, um ponto privilegiado de compreensão da experiência da população negra no contexto da satisfação de suas necessidades mais básicas de sobrevivência e dignidade. Eles não são dados e precisam ser conquistados através da luta. As informações veiculadas pelo rap não apenas evidenciam as questões raciais nas periferias, mas também constituem um espaço importante para a reafirmação da identidade nacional.

À medida que se desenvolveu em um mandato cultural e político, as culturas do rap e do hip-hop foram fortalecidas, tornando-se exemplos contemporâneos do que Castells (1999) chama de cultura de resistência. No que diz respeito ao rap, uma cultura de resistência permite que as vozes de populações marginalizadas e excluídas emergam a partir da construção de estruturas sociais e sujeitos preparados para enfrentar as discriminações e desigualdades que definem a “negritude” em nossa sociedade.

A arte tornou-se um meio cultural e político para mudar a situação não só dos atores mais diretamente associados à cultura hip-hop, mas de todos os grupos sociais a que pertenciam (SILVA, 2020). Nesses casos, destacam-se as comunidades periféricas. Frequentemente retratados em letras de rap e fazem parte do universo a que pertencem esses atores sociais.

O rap brasileiro contemporâneo possui algumas características específicas que o distinguem em parte do rap produzido no final do século XX. Como aponta Teperman (2015), o rap contemporâneo ou “new rap” perde sua força como meio de crítica social quando se aproxima das indústrias culturais. Rocha (2020), por sua vez, entende que o discurso político do rap se tornou mais complexo na contemporaneidade ao iluminar os debates sobre questões de raça, classe e gênero. Sob esse ponto de vista, pode-se entender que a “nova escola” não abriu mão da vocação de crítica social do rap, mas se adaptou ao contexto atual, realizando assim uma ruptura total entre a “velha escola” e a “velha escola”.

COMPREENDENDO O RACISMO

A tensão entre diferentes ênfases, ideias e práticas sociais mostra quão complexo é o problema do racismo. Quando lidamos com a questão da raça, ela exige que olhemos com cuidado e atenção. Por um lado, o racismo é um ato, causado pela repulsa e, às vezes, pelo ódio, contra pessoas com sentimento de pertencimento racial, que pode ser observado por sinais como: cor da pele, tipo de cabelo, Etc.

“Por outro lado, é um conjunto de ideias e imagens sobre grupos de humanos que acreditam na existência de raças superiores e inferiores” (GOMES, 2017, p. 52). O racismo também surge do desejo de impor uma determinada verdade ou crença como a única verdade. A zoologia e a botânica usam o termo raça para classificar animais e plantas, e também foi usado inicialmente na Europa para definir relações entre classes sociais. Para Munanga (2003, p.1), os aristocratas franceses buscam se legitimar como classe alta “identificava com os Francos, de origem germânica em oposição ao Gauleses, população local identificada com a Plebe”.

Na verdade, a ideia de que uma raça é superior a outra nada mais é do que uma invenção de humanos ambiciosos que buscam a racionalidade no conceito de raça, presente na botânica e na zoologia para legitimar a dominação e a submissão “entre classes sociais (Nobreza e Plebe), sem que houvessem diferenças morfo-biológicas notáveis entre os indivíduos pertencentes a ambas as classes” (MUNANGA, 2003, p. 2).

No mesmo entendimento do conceito de raça, Nilma Lino concorda com ela:

É fato que, durante muitos anos, o uso do termo raça na área das ciências, da biologia, nos meios acadêmicos, pelo poder político e na sociedade, de um modo geral, esteve ligado à dominação político-cultural de um povo em detrimento de outro, de nações em detrimento de outras e possibilitou tragédias mundiais como foi o caso do nazismo. A Alemanha nazista utilizou-se da ideia de raças humanas para reforçar a sua tentativa de dominação política e cultural e penalizou vários grupos sociais e étnicos que viviam na Alemanha e nos países aliados ao ditador Hitler, no contexto da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) (GOMES, 2005, p. 50).

O conceito de raça não deve ser visto do ponto de vista biológico, a palavra na verdade é ideológica porque esconde a relação de poder e dominação entre as pessoas, e quando explicamos sua origem, vemos que é a raça que se espalhou e perpetua racismo no mundo desde o surgimento da invenção, ou seja, “a realidade da raça é social e política: ela é uma categoria de exclusão e de homicídio” (MUNANGA, 1994, p. 19).

Falar sobre raça no Brasil é muito complicado, principalmente quando as pessoas não sabem ou não leem o que o tema significa para a construção de sua identidade, por isso, quando questionadas sobre sua raça, nem sempre as pessoas que fazem a pergunta obtêm uma resposta afirmativa. Gomes (2005, p.45) afirmou que esse desconforto dos sujeitos quando questionados sobre raça se devia “[...] fato de que a “raça” nos remete ao racismo, aos ranços da escravidão e às imagens que construímos sobre “ser negro” e “ser branco” em nosso país”.

O conceito de racismo, mesmo em pleno século XXI, o comportamento racista persiste em todas as formas de convívio social, como atesta a existência de diversas ações incentivadas pelas vítimas do racismo a fim de buscar reparação do sofrimento a elas

causado pelos comunistas. Em um contexto mais amplo, Munanga (2003, p. 7) afirma que,

Por razões lógicas e ideológicas, o racismo é geralmente abordado a partir da raça, dentro da extrema variedade das possíveis relações existentes entre as duas noções”, ou seja, a este respeito, as ideias racistas se sustentam a partir da divisão de grupos que acreditam serem dotados de capacidades físicas, moral e intelectual diferente, logo, consideram-se como raça suprema, em relação a outros grupos classificados tendenciosamente como inferiores.

Antônio Olímpio Sant'Ana, baseado na pesquisa de Pereira (1978) em sua breve introdução ao racismo, disse que o racismo era o resultado da ciência europeia a serviço da dominação da América, Ásia e África, “[...]desde o século VI, milhões de páginas em tratados, ensaios, monografias, teses etc. foram inscritas para sustentar o insustentável: o racismo como uma prática necessária e justificável” (SANT'ANA, 2008, p. 38).

Segundo a Nilma Lino Gomes afirma que:

O racismo é, por um lado, um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes, do ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como: cor da pele, tipo de cabelo etc. Ele é por outro lado um conjunto de ideias e imagens referente aos grupos humanos que acreditam na existência de raças superiores e inferiores. O racismo também resulta da vontade de se impor uma verdade ou uma crença particular como única e verdadeira (GOMES, 2005, p. 52).

A ideia de que as pessoas são melhores ou piores, embora comum no discurso racista, é errada porque, como vimos em Munanga (1994; 2003) e Gomes (2005), Qualquer ideia racista baseada em questões biológicas não tem base científica, e desde o racismo nessa área não terá mais espaço para seu apoio, ele migrará para outras bases socialmente fragilizadas, como o racismo contra a mulher, contra o racismo contra os jovens, o racismo contra os gays, o racismo contra os pobres, contra a burguesia, contra o exército, imigrantes e refugiados, etc.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta perspectiva, não pode haver sociedade ou instituição racista, mas racistas, sozinhos ou em massa. Dessa forma, o racismo, mesmo que ocorra em forma indireta,

principalmente na forma de discriminação direta. Esta ideia, de como se trata de discriminação comportamental de pessoa para pessoa, com base na falta de moral ou falta de conhecimento histórico, educação e conscientização do mal do racismo e o incentivo à mudança cultural serão o principal caminho para resolver o problema. Explicando Almeida (2018, p. 28):

No fim das contas, quando se limita o olhar sobre o racismo a aspectos meramente comportamentais, deixa-se de considerar o fato de que as maiores desgraças produzidas pelo racismo foram feitas sob abrigo da legalidade e com apoio moral de líderes políticos, líderes religiosos e dos considerados “homens de bem”.

Quanto ao conceito institucional de racismo, ele não se limita ao comportamento dos indivíduos, mas é resultado do funcionamento do sistema. Estes começarão a desempenhar uma dinâmica, ainda que indiretamente, baseada na desvantagem e no privilégio racial. Segundo Almeida (2018), embora a maioria das sociedades contemporâneas seja constituída de formas econômicas e sociais gerais – dinheiro, mercadorias, Estado e direito – toda sociedade tem sua própria formação histórica e, portanto, existem diferentes formas de ação e existência. Uma analogia que podemos fazer a esse respeito é o estado. O estado brasileiro não será equivalente ao estado dos Estados Unidos ou do Reino Unido, ainda que ambos sejam formalmente estados.

Portanto, o Estado por meio de seu sistema social (o Estado também é um sistema) irá estabelecer padrões estéticos e padrões de comportamento e os imporá aos indivíduos, possibilitando assim a relativa estabilidade do sistema social. Tal estabilidade dos sistemas sociais exigirá instituições com capacidade de absorver (normalizar) os conflitos adversários inerentes à vida social.

MC Nego Max em sua música “Eu não sou racista” (2020) aborda esses conflitos raciais na sociedade por meio de suas letras e edições, trazendo tanto ideias hegemônicas brancas quanto perspectivas negras. O clipe se passa em uma sala onde Nego Max senta em frente a um branco, encenado pelo ator Leo Malara, simulando uma luta de RAP (jogo de debate de poesia), e o branco começa a rimar:

Primeiramente, com todo respeito

Somos todos seres humanos pra mim

Não existe essa de branco ou preto

*Dentro disso eu não consigo sentir pena
Vocês problematizam tudo, esse é o grande problema
Não sei o porquê esse hábito de vitimíssimo
Não posso mais abrir a boca, porque hoje tudo é racismo
Eu até queria ficar do seu lado
Mas 'cês nem sabe se é de negro ou de preto que 'cês querem ser
chamado
Falando de escravidão como se fosse atual
Mas se ela existisse ainda, 'cês 'tavam passando mal.
Já passaram duzentos anos e 'cês ainda tão nessa
Não consegue sair da fossa e diz que a culpa é nossa?
Aliás, culpar os outros é o que 'cês mais adora
Culpa o Estado, a Igreja, culpa a polícia e os branco
Branco morre e 'cês não faz um gesto
Preto morre e 'cês quer parar o mundo com seu protesto
Eu não sou racista, eu não.
Inclusive a empregada e o jardineiro da família são negros
A babá também era, mas foi desligada.
Depois que começou a fazer a facul, chegou duas vez atrasada
Olha tamanha irresponsabilidade
Depois quer vim falar de falta de oportunidade
Engraçado, né?
'Cês gosta memo é de pegar atalho
Mas a conquista só vem com o mérito do trabalho
Vocês que vivem de cota,
Bolsa isso,
Bolsa aquilo
Têm coragem de falar que eu sou o privilegiado?
Enquanto 'cês tão na rua roubando e traficando
Eu tô dentro do escritório dando um trabalho dobrado
Bando de marginal, vagabundo e fedido
Com essas música, essas gíria e essas roupa de bandido
Honro meus imposto em nome da família
Enquanto 'cês só quer saber de droga e putaria
Adoram o Mano Brown como se fosse Cristo*

*E assim suas crianças seguem o ciclo maldito
Pare com essas porra e obedeça as leis
Talvez assim a polícia pare de matar vocês
Eu não sou racista, ahn
Mas quando não perigosos, são preguiçosos e isso é fato
Eu não sou racista*

Esta é a ideologia da brancura. É o que pensam os ricos e a classe média branca, e eles detêm o poder sobre as principais instituições que governam nosso país, e é o que nós, negros, também pensamos. Agora vamos ver a resposta de Nego Max:

*Primeiro que isso não é nenhuma novidade
Que somos humanos, eu sei, explica isso pra sociedade
Mas depois de séculos de atrocidade
Percebi que na verdade, o homem branco que perdeu a humanidade
Sua pena é a última coisa que eu preciso
Guarda que tu vai precisar quando eu for cobrar o prejuízo
Quer falar o que quiser, mas não quer ter a preocupação
Isso só mostra o quão nojenta é a sua intenção
Trago marcas profundas na minha memória
Abolição aqui só aconteceu nos livro de história
Nessa conversa só existe dois lados
O com o passado escravocrata e o outro com o passado escravizado
Polícia brasileira é a que mais mata no mundo
No Brasil morre um preto a cada vinte e três minuto
Agora, sejamos francos
Quantas pessoas cê conhece que morreu só por ser branco?
Você não é racista? Tá bom
Mas sua justificativa afirmou o quanto cê é boçal
Tá encrustado, enraizado na mente o padrão
Que relação normal com preto é de patrão e serviçal
Sequestraram guerreiros, estupraram rainhas
Aplicaram todo tipo de crueldade e covardia
Nosso sangue é base dessa economia
E você tem coragem de falar de meritocracia?
Cota não é esmola, é a inclusão*

De um povo sequestrado e deixado sem reparação

Olha o seu atraso

Não quer ou não percebe que a violência é consequência do seu descaso?

A burguesia fede, 'cês são tudo arrombado

Parece e merece o presidente que 'cês têm

Falam da minha cultura, mas vive sugando ela

Se apropriando e querendo nos fazer de refém

Cidadão de bem? Hipocrisia

Nós sabe bem o que cê faz escondido da sua família

Sua filha quer bandido pra viver na adrenalina

E seu filho com a mesada enche o cu de cocaína

O Mano Brown pra mim não é Jesus, ele é real

Que me ensinou a sobreviver nesse inferno racial

E se a lei fosse cobrar quem rouba e mata

A cadeia tava lotada de terno e gravata

Você é racista, igual aos teus antepassados

Vocês fazem parte da escória, tudo racista

E se não fossem, estariam fazendo uma pra mudar a história

Nego Max representa o negro, cantando sobre o lado da nossa história, o lado dos oprimidos, de “escravos”. Essa é a ideia de um sujeito que nega os padrões apregoados pelas instituições, destina-se a destruir a ordem estabelecida e estabelecer um novo sujeito. Os indivíduos se tornarão, assim, sujeitos em instituições porque suas ações e atitudes fazem parte de um conjunto predefinido de significados determinada pela estrutura social. Dessa forma, as instituições moldarão o comportamento o ser humano, sobre suas decisões, racionalidade, sentimentos e preferências. Então, conforme afirma Almeida (2018, p. 30):

Assim, a principal tese de quem afirma a existência de racismo institucional é que os conflitos raciais também são parte das instituições. Assim, a desigualdade racial é uma característica da sociedade não apenas por causa da ação isolada de grupos ou indivíduos racistas, mas fundamentalmente porque as instituições são hegemônicas por determinados grupos raciais que utilizam mecanismos para impor seus interesses.

Em outras palavras, podemos dizer que o conceito institucional de racismo, veja o poder como um elemento central das relações raciais. Portanto, o racismo não é apenas ações indiretas ou diretas de brancos para não-brancos, mas relação de dominância. Atualmente, quem detém o poder nesta relação é a mão suprema branco, masculino, hetero e burguês.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A música “Eu não sou racista” tem despertado debates importantes sobre a questão racial na sociedade. Embora a música tenha uma perspectiva individualista, é importante analisá-la sob uma ótica antirracista, respaldada por estudos científicos e sociais.

Inicialmente, cabe destacar que o racismo não é limitado a atitudes pessoais ou individuais. Ele é estrutural, ou seja, está presente nas diversas esferas da sociedade, como no sistema judiciário, na educação, na saúde e no mercado de trabalho, por exemplo. Dessa forma, uma pessoa que se considere “não racista” pode ainda perpetuar o racismo estrutural, mesmo sem perceber.

O racismo estrutural se refere às práticas, normas e políticas que perpetuam a desigualdade racial. Essas práticas podem ocorrer mesmo sem intenções discriminatórias individuais, uma vez que estão arraigadas na cultura e nas estruturas sociais.

Ademais, devemos considerar que a perspectiva individualista abordada na música pode minimizar a importância da luta antirracista e da busca pela equidade racial. É necessário enfatizar que para alguns indivíduos, a discriminação racial pode comprometer o acesso a oportunidades e serviços básicos, levando a privações e desvantagens materiais.

A perspectiva individualista pode ser vista como uma forma de “deslegitimação”. Ela sugere que as desvantagens experimentadas por certos grupos são decorrentes de responsabilidades individuais, ao invés de serem produto de práticas discriminatórias persistentes.

Necessário se faz também levar em consideração as diferentes concepções sobre o que é o racismo. Algumas pessoas entendem o racismo apenas como atos de violência física ou verbal, enquanto outras entendem que o racismo se manifesta em práticas sistêmicas de exclusão e desigualdades. É importante compreender que o racismo é muito mais que meras práticas individuais.

Por fim, é fundamental entender que o combate ao racismo requer uma transformação estrutural na sociedade brasileira. Isso exige a implementação de políticas públicas afirmativas, processos educacionais e conscientização da população sobre a importância de reconhecer e combater o racismo em todas as suas formas.

Devemos encarar a música “Eu não sou racista” como uma oportunidade para discutir a questão racial em nossa sociedade, entender as limitações da perspectiva individualista e buscar ações efetivas para enfrentar o racismo estrutural. A mudança não deve acontecer apenas no discurso, mas na prática, através de políticas públicas e ações concretas em nossas vidas cotidianas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. **O que é racismo estrutural**. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.
- CASTELLS, M. O poder da identidade. A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: **Paz e Terra**, 1999.
- DUTRA, J. **RAP: identidade local e resistência global**. Dissertação (Mestrado em Música), Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2007.
- FERNANDES, R. O rap nacional e o caso Djonga: Por uma sociologia das ausências e das emergências. **RELAcult**, v. 5, n. 3 (2019), pp. 1-25, p. 2.
- GOMES, N.L. Alguns Termos e Conceitos presentes no Debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília: **Ministério da Educação**, p.236, 2005.
- GUIMARÃES CANCELLO, T.S. **RAP: insistência, resistência e (re)existência: Relatos de Rappers da Baixada Santista**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Católica de Santos, Santos, 2019.
- HALL, S. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- IKEDA, A.T. Música, Política e ideologia: algumas considerações. **V Simpósio Latino-Americano de Musicologia**, Curitiba, 2001.

KEYES, C.L. At the Crossroads: Rap Music and Its African Nexus. **Ethnomusicology**, v. 40, n. 2 (1996), p. 223.

MARTINS, R. Hip hop, arte e cultura política: expressões culturais e representações da diáspora africana. **Em Questão**, v. 19, n. 2 (2013), p. 261.

MUNANGA, K. **Superando o Racismo na Escola**. 2ª edição revisada. Ministério da educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005.

MUNANGA, K. **O anti-racismo no Brasil**. In: MUNANGA, K. (Ed.). Estratégias e políticas de combate à discriminação racial. São Paulo: **Edusp**, 1996. p. 79-94.

MUNANGA, K. Apresentação. In: MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p.15 -20.

MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, Identidade e etnia. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-**PENESB-RJ**, 2003.

ROCHA, R.P. A Velha Escola de Rap e a Nova Escola de Rap: problemas de método na análise de grupos culturais. **Revista Contraponto**, v. 7, n. 2 (2020), p. 25-45.

SANT'ANA, A.O. História e Conceitos básicos sobre o Racismo e seus derivados. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o Racismo na Escola**. 2ª edição revisada. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008. p.39-65.

SILVA, L.D. A política por trás do som: uma análise do rap como narrativa política do movimento de resistência negro. **Revista do Instituto de Ciências Humanas**, v. 16, n. 25 (2020), pp. 37-64.

TEPERMAN, R.I. O rap radical e a 'nova classe média. **Psicologia USP**, v. 26, n. 1 (2015), pp. 37-42.

ZENI, B. O negro drama do rap: entre a lei do cão e a lei da selva. **Estudos Avançados**, v. 18, n. 50 (2004), pp. 225-241, p. 230.

Submissão: junho de 2023. Aceite: setembro de 2023. Publicação: novembro de 2023.